


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1004289-17.2017.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária - Sucessões**
 Requerente: **José Wellinton dos Santos Pereira**, menor, representado pela genitora Neide Eugênio dos Santos, brasileira, divorciada, RG nº 36.652.937-7 SSP/SP, CPF 055.421.249-84, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Luiz Paulino dos Santos, nº 136, Antenor Garcia, CEP 13573-302.
 Requerido: **Firmino José Pereira**, RG 7.546.428-2-SSP/PR, CPF 017.634.989-80, nascido em Barra da Estiva-BA em 16/12/1924, filho de Antonio José Pereira e de Domitila Maria da Silva, falecido em 22/08/2013.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

O requerente informa que é filho de Firmino José Pereira que faleceu em 22.08.2013. A carteira de trabalho do genitor foi perdida, necessita do extrato CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, cujo relatório lhe permitirá visualizar todos os vínculos com a previdência social, a fim de verificar possíveis direitos provenientes das contribuições previdenciárias feitas por seu genitor. Pede Alvará para que possa retirar referido extrato na Caixa Econômica Federal e Agência da Previdência Social. Mandato à fl. 13. Documentos diversos às fls. 03/08.

É o relatório. Fundamento e decido.

Os documentos de fls. 03/08 revelam a legitimidade do requerente para requerer extrato do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais para que possa visualizar todos os vínculos com a Previdência constantes no cadastro individual de seu genitor Firmino José Pereira que faleceu em 22.08.2013, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fls. 08), e nela consta que o falecido era solteiro, não deixou bens nem testamento conhecido.

O requerente é único filho do requerido, portanto, herdeiro necessário e hábil a pleitear a obtenção do relatório do cadastro individual de seu genitor no CNIS (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil), visando localizar possíveis direitos provenientes das contribuições previdenciárias feitas pelo este. No documento de fl. 08 consta que o falecido era titular de benefício previdenciário.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Nada impede que este juízo conceda alvará para fins mais abrangentes do que a simples verificação da movimentação do CNIS. Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária, o que autoriza a adoção do princípio da flexibilização. Se se tratasse de pedido contencioso, a rigidez do princípio da consubstanciação não admitiria esta ampliação. Convém expandir a verificação e autorização para que o requerente possa levantar eventuais ativos de resíduo previdenciário e saldo em contas vinculadas ao PIS/FGTS, visando assim atender o superior interesse do pré-adolescente. Entretanto, os valores deverão ser depositados pelo INSS e CEF à ordem deste juízo no Banco do Brasil S/A, ag. 5965-X. Só depois da manifestação do MP é que este juízo aferirá a conveniência e oportunidade para o seu levantamento destinado à satisfação das necessidades alimentícias do requerente.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder **ALVARÁ** para que o Espólio do requerido **Firmino José Pereira**, a ser representado pela genitora do requerente **Neide Eugênio dos Santos** (qualificados no cabeçalho desta sentença), possa: **1) obter** do INSS o extrato do CNIS referente ao cadastro individual de seu genitor falecido (supraqualificado); **2) provocar o saque** no INSS do valor do resíduo de crédito do benefício eventualmente existente em nome de seu genitor falecido (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional); **3) provocar o saque** na CEF, ou outra Instituição responsável, de todo o numerário existente na conta vinculada do **PIS/FGTS** (contas ativas, inativas, resíduos de planos econômicos, eventuais multas e juros) possivelmente deixado pelo falecido Firmino José Pereira, falecido em Ortigueira-PR em 22/08/2013. **Entretanto, os valores deverão ser depositados pelo INSS e CEF à ordem deste juízo no Banco do Brasil S/A, ag. 5965-X. Só depois da manifestação do MP é que este juízo aferirá a conveniência e oportunidade para o seu levantamento destinado à satisfação das necessidades alimentícias do requerente.** As autorizações judiciais compreendem poderes para receber, dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desses objetivos. Prazo: 120 dias. Concedo ao requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). **Esta sentença valerá como instrumentos de ALVARÁS para os fins aqui expressos.** Compete à advogada do requerente materializar esta sentença/alvarás assim que publicada nos autos.

À Serventia para retificar o cadastro destes autos, nos campos "Classe – Assunto", haja vista que se trata de "Alvará Judicial".

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

registro para todos os fins de direito. Vindo os depósitos, ao MP para os fins supra indicados. Caso não sejam identificados ativos na CEF e no INSS, ciência ao MP e só nessa hipótese é que será dada baixa dos autos no sistema e arquivados.

São Carlos, 15 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**